

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.011

QUANDO A NECROPOLÍTICA CHEGA À EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A PRECARIEDADE DO SABER

Paulo de Tarso da Silva Junior¹

RESUMO

O Presente texto trata-se de discussões e reflexões sobre políticas públicas em torno da educação (e seu acesso) e como esta é posta de forma precária na sociedade, viabilizando assim o que colocamos aqui como a “necropolítica educacional”, face à pobreza e as desigualdades sociais em determinados espaços geográficos. Para tanto, objetiva-se de forma geral compreender a complexibilidade da educação e do saber face à pobreza e desigualdades sociais. Para compreensão destas problemáticas, dialogamos com diversos autores, entre eles: Miguel González Arroyo, Moacir Gadotti e Paulo Freire, que nos ajudaram a entender sobre as faces da pobreza, conceitos e ausência da cidadania. O nosso percurso metodológico foi trilhado com bases em uma abordagem qualitativa, com enfoque bibliográfico e segundo o seu objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva. Tal pesquisa nos permitiu compreender o quanto reproduzimos de forma alienada a postura do opressor, as multifaces, o espaço e o tempo da reprodução da pobreza, a difícil tarefa de incluí-la nos seios da cidadania, a complicada articulação da pobreza e o currículo como um artifício de conhecer-se pobre na linha que liga ensino-aprendizagem. De fato, esses são reflexos de uma nação que ainda não aprendeu a lidar com suas realidades, a lutar pelos seus direitos como parte principal da democracia.

Palavras-chave: Educação, Pobreza, Necropolítica, Cidadania, Desigualdades Sociais.

¹ Pedagogo, Mestre em Educação e Professor do Magistério Superior, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, paulo.tarso@ufpi.edu.br;

INTRODUÇÃO

O processo político brasileiro, na gênese da sua emancipação trouxe à tona, modos desiguais de tratar os diferentes. A partir das visões e da educação discriminatórias e segregadoras do opressor. O ponto de partida que determina essa visão confere-se aos modos pelo qual foram tratados os primeiros habitantes dos territórios brasileiros (os indígenas), pelos aventureiros viajantes portugueses, que nas suas concepções religiosas, inseria as suas crenças e culturas como forma de catequizar as comunidades indígenas, fazendo com que apagassem das suas memórias as suas crenças e suas manifestações culturais.

Estes formatos de tratamento trouxeram em sua bagagem uma visão hierárquica entre os indivíduos humanos, onde se dava aos visitantes o poder de superioridade, na medida em que enxergavam os primeiros habitantes das terras brasileiras como “primitivos” ou mais precisamente “o outro” conectando ao ser inferior e incapaz de produzir e receptionar saberes.

Passados os tempos, e já emancipado, o Brasil se constrói pelas mãos dos escravizados e mais uma vez a hierarquização se faz valer, e desta vez por outras configurações étnicas (os negros), que deslocados da sua terra mãe (a África) são utilizados para o trabalho escravo, caracterizando assim: a senda da desigualdade, (o colonizador e o colonizado) uma das formas mais cruel de relação social que estigmatizam até hoje na contemplação de políticas públicas para a cidadania.

Diante do exposto, durante séculos de torturas e humilhações, é dado aos negros e negras a tão sonhada liberdade, que por um olhar mais apurado representa ainda hoje na história, marcas de estigma e estereótipo que levam a esses coletivos, a uma redução moral, implicando a eles a uma falta de valores, a mentalidades primitivas que concomitantemente não serve para outros trabalhos a não ser aqueles que lhe inferiorizam.

Nesta senda, o Brasil passa por outro período turbulento, e mais uma vez violento (período ditatorial) e de fato as relações de classes se configuram, e a cidadania é esquecida e violentada, onde aqueles que intelectualmente lutam pelas desigualdades entre os seres humanos, são mortos, torturados e exilados. E o opressor é o guia do oprimido numa relação de poder que deixa marcas severas para a criação de políticas mais humanísticas e relativamente mais igualitárias.

Desconfigurando-se os modelos citados que na verdade histórica foram todos opressores, no final do século XX o povo brasileiro é contemplado com a redemocratização, no qual se efetiva a carta magna da união, cujo maior objetivo é garantir os direitos de todos os cidadãos independente de raça, cor ou religião. Mas que na verdade, os modelos anteriores deixaram seus legados negativos sobre os coletivos pobres e que na realidade a visão da pobreza que o povo brasileiro tem, é que as classes menos favorecidas são assim porque querem, porque não gostam de trabalhar. Porém, estas visões parte do não conhecimento dos processos econômicos, sociais e das relações políticas que conduzem o desenvolvimento econômico e a forma de como se apropriam da riqueza, os coletivos dominantes que a própria história escreveu, representando a concentração e apropriação nas relações de classes. (ARROYO, 2015).

Tão quanto foi perplexo o modelo em que foi formado o nosso país, tal perplexidade e complexidade se torna na relação entre a educação para a cidadania, versus a educação colonizadora. Para que a segunda seja extinta, faz necessário que a primeira se direcione ao conhecimento concreto da pobreza e extrema pobreza, na qual, a escola é receptadora dos milhares de coletivos pobres a que nela ingressam.

(ARROYO, 2015) questiona sobre a quem devemos pensar quando a nossa proposta é articular pobreza e currículo, ao ponto de responder que milhões de crianças e adolescentes se encontram submetidos à pobreza e mais além dela, (a extrema pobreza). São crianças que estão ou ainda estarão na escola e que trazem consigo, identidades, vivências, saberes e experiências, mas que lá, o que encontram são conteúdos totalmente diferentes dos vivenciados por elas.

Embora tenham sido criadas políticas inovadoras para a reparação de danos para esses coletivos, às imagens expostas nas favelas, periferias, comunidades rurais entre outras, são de que ainda temos muito que avançarmos no reconhecimento da pobreza e/ou extrema pobreza. Um viés que continua se perpetuando cheio de estigmas, onde algumas classes inclusive as mais atingidas, acreditam na predominância de que uma classe social seja de fato, superior a outra, designando a moralização para com a seguinte, no momento que essa acredita nesse fato, por não conhecer os processos políticos, econômicos e sociais que geram tais desigualdades.

Nesse ponto de vista, uma das centralidades que este trabalho traz em seu bojo como tema, são as articulações contra o modo em que os currículos das escolas brasileiras se situam nas relações com os milhares de crianças e ado-

lescentes que chegam as nossas escolas e dela sai, sem pelo menos entender como se dá esses modos desiguais entre as classes.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral: compreender a complexibilidade da educação e do saber face à pobreza e desigualdades sociais. E tendo como objetivos específicos: identificar a relação entre os problemas socioeconômicos e a educação; analisar de que forma a escola contribui para a assistência social junto a educação de pessoas em situação de vulnerabilidade social; investigar como o estado combate a segregação social, econômica, cultural e educacional brasileira.

Com efeito, esta pesquisa se justifica dentre outras visões, pela necessidade de apurar as ideologias tão segregadoras da sociedade brasileira, quanto aos problemas da marginalidade de regiões periféricas, e a não cobrança da forma por parte das representações políticas. Tanto nas questões estruturais, quanto sociais. Neste sentido, a estrutura básica deste trabalho tem como principal fundamento, dialogar sobre as políticas públicas, a educação emancipatória e o seu caminhar para o reconhecimento da pobreza e extrema pobreza.

Cabe ressaltar, que para discorrermos acerca das temáticas que envolvem a pobreza, buscamos recursos teóricos em (ARROYO, 2015) e (PINZANI & REGO, 2015). Nas discussões sobre educação, dialogamos com (FREIRE, 1996-2011), (GADOTTI, 2005) como também buscamos outros autores que nos proporcionaram discursos sobre os currículos e as políticas públicas afirmativas.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma bibliográfica, sendo este um modelo de pesquisa realizado a partir de trabalhos disponíveis efetivados por outros autores, e que foram devidamente registrados. Dentre estes textos estão: artigos, livros, teses e etc. que se tornaram fontes de temas a serem pesquisados. (SEVERINO, 2007)

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa é descritiva que segundo Gil (2010, p.28), neste tipo de pesquisa o objetivo primordial é a descrição de determinada população ou fenômeno ou mesmo o estabelecimento de relações entre variáveis. Ele afirma ainda que existem inúmeros estudos que podem ser classificados sob este título. Tendo como características significativas, a utilização de técnicas de coletas de dados dentro das formas padrão.

Este estudo é fruto de uma abordagem qualitativa definida por Minayo (2007) como uma pesquisa que vem a responder às questões dentro de suas características. Onde a mesma se ocupa nas ciências sociais, dentro de um nível real que não pode, ou mesmo deveria ser quantificado. Ou seja, esta pesquisa se insere no universo dos motivos, dos significados, das crenças, aspirações, atitudes e valores.

ENTENDENDO A POBREZA E SUAS MÚLTIPLAS FACES

Eu era pobre e invisível. Vocês nunca nos viram durante décadas e antigamente era fácil resolver o problema da miséria. O diagnóstico era óbvio: migração rural, desnível de renda, poucas favelas, discretas periferias. A solução nunca aparecia. Que fizeram? Nada. O governo federal alguma vez reservou algum dinheiro para os pobres? [há programas de distribuição de renda no Brasil que estão sendo citados pela ONU, mas miséria realmente continua]. [...] (MARCOLA, LÍDER DO PCC)

O texto em epígrafe é parte de uma entrevista fictícia do chefe máximo da facção criminosa (PCC) primeiro comando da capital, do estado de São Paulo e que foi realizada pelo jornalista Arnaldo Jabor. Com efeito, ela traz à tona uma realidade que não é reconhecida como tal, nas diversas camadas sociais brasileiras. Olhando sem um aprofundamento em querer ver o problema de perto, trouxe às relações sociais brasileiras diversos transtornos, inclusive o aumento exagerado da criminalidade e desigualdades sociais silenciosas e escancaradas.

A sinceridade e diagnóstico da pobreza e outras séries de verdades tiradas desta entrevista, demonstram o simples fato de afirmarmos depois de vários estudos de textos, vídeos, fóruns e outros meios que obtivemos na especialização, educação, pobreza e desigualdade social (EPDS). Que a pobreza existe e possui vários rostos cujo povo brasileiro ainda não conhece, ou por meio de uma visão do opressor, demonstra não conhecer. Na apresentação do vídeo do módulo introdutório do referido curso, Miguel Arroyo afirma bem explicitamente que a pobreza existe que ela está por diversos lugares do nosso país. E acrescenta de forma contundente que ela é uma realidade persistente no contexto histórico da humanidade.

Apostos do dicionário escolar da academia brasileira de letras constatamos que ser pobre significa: “que é parco de dinheiro e outros bens em comparação com outros. [...] que revela pobreza carência de recursos. [...] pessoa que tem pouco dinheiro ou poucos recursos”. (BECHARA, 2011, p. 998). Tais significações

representam talvez uma visão do senso comum não tão mais apurada quanto deveria ser. Segundo Pinzani e Rego (2016, p.19) na realidade brasileira, “a própria definição da pobreza com base na renda representa, em certo sentido, um ato arbitrário.”, ou seja, essa base em sentido interligado de pobre e recursos financeiros, simplesmente não tem regras que possam constatar definitivamente o conceito de “pobre” no seu mais íntimo modo de ser.

Para os autores, os programas que distribuem rendas baseados na pobreza e extrema pobreza, se encontram aquém de averiguar as situações que determinam as diferenças entre esses coletivos. E com isso, tornam-se mais complexas, e vergonhosas, as políticas públicas que se destinam aos grupos que se encontram em situações vulneráveis. Seria viável nesse sentido, um olhar mais apurado do que é ser um ser humano com dificuldades de ser um ser social distante das realidades sociais a que deveria estar e permanecer como indivíduo real das relações humanas classificadas como cidadania.

Parafraseando Freire (1996, p. 18) ao referir-se ao indivíduo humano como uma presença visível no mundo, fomenta: “mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros”. De fato, somos seres visíveis, com semelhanças corpóreas, mas com diferenças étnicas, culturais e sociais. O que se torna difícil nessa conjuntura, a visualização de certa classe, enxergar de certa forma, as várias faces que implicam conceituar o que é ser pobre em uma sociedade desigual.

Basicamente, as\os pobres brasileiros como fomentamos nas nossas linhas introdutórias, sempre foram vistos como algo insignificante, sem alma, sem crença, sem cultura e sem outras formas de viver que caracterizam o indivíduo humano. Ao demonstrar que a sociedade em um todo deva reconhecer que a “pobreza e a desigualdades existem”, Arroyo (2015, p. 7) destaca que “a postura mais comum é ver a pobreza como carência e, conseqüentemente, os pobres como carentes”. Nesse sentido, isso pode acarretar várias interpretações que estigmatizam, humilham e criam estereótipos que fragmentam opiniões a respeito desses coletivos, dificultando um olhar mais apurado para políticas de reparações destinado a essas classes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na nossa carta magna de 1988, no que trata do campo educacional, em seu Art. 205. É destacado que: “a educação, direito de todos e dever do estado

e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, P.119).

Diante do exposto, cabe aqui abrir parênteses para alguns questionamentos: se é direitos de todos, porque a escola ainda insiste em não propagar um ensino voltado para diversidades das vivências dos espaços em que se situam seus principais atores (os educandos)? Por que os currículos educacionais não trabalham com situações reais dos coletivos pobres que a ele estão subordinados? Como a sociedade pode colaborar com a educação, se ela mesmo foi educada a ver o diferente (negro, índio, mulher etc.) como o outro, sem valores morais e outros estereótipos?

Os diversos questionamentos diante de uma educação conhecida pelo seu hábito colonizador, dificulta as respostas significativas para o processo emancipatório, já que ela reforça as ideologias tiranas. Nas argumentações de Gadotti (2005), a educação brasileira, historicamente sempre reproduziu a educação colonial, cujo as suas formações, torna o ser humano aliado, submisso, anticrético, reproduzidor dos ideários dominantes. Segundo ele, para alcançarmos sucessos na construção de uma sociedade mais justa e autônoma, teríamos que sermos antagônicos a esses modelos pedagógicos opressivos, que não acrescenta saberes nenhum, para aqueles que precisam se reconhecerem como seres participativos da história, mercedores de estarem nas entrelinhas de qualquer currículo escolar.

Por falarmos em currículo, e não adentrando aos seus conceitos e divisões mais formais, mas na intenção de conectá-lo a ordem das nossas ideias, Jesus (2008) fomenta, que o currículo como forma do processo educacional, é uma peça importante, não algo que apareça do nada, mas sim de uma necessidade econômica, social e também cultural. E diante disto, ainda explica ela que alguns curriculistas destacam que o seu termo, é algo recheado de significados (polisêmico) e por isso, de suma importância no exercício educacional. Mas será que ele se articula com todos os problemas sociais?

Embora complexa, a pobreza é algo concreto, está a nossa frente, faz parte da nossa realidade e nesse sentido, ela tem que ser incluída e trabalhada pedagogicamente pelos agentes responsáveis pela educação (educador) não apenas com conhecimentos acumulados sobre a natureza, a história, a sociedade, o espaço a linguagem entre outros, como assegura Arroyo (2015), para

que seja possível fazer a articulação entre currículo e pobreza é necessário que se reconheça não só o direito dos pobres de se reconhecerem como tal, mas o papel da instituição escolar e dos seus docentes, é garantir-lhes os seus direitos e reforçá-los. Referindo-se ainda as responsabilidades dos currículos escolares brasileiros, o autor fomenta que o mesmo, “têm ignorado e secundarizado o direito ao saber de si, ao saber-se no mundo, na sociedade, na natureza, nas relações sociais, econômicas e políticas, no padrão de trabalho, de produção, de apropriação-segregação do espaço da terra e da renda”. (2016, p. 20).

Para a compreensão desses atrasos, e no intuito de mudanças nas práticas educacionais, Moacir Gadotti no seu discurso sobre ação pedagógica e prática social transformadora, explica sobre os dois níveis que o homem pode interferir de forma pedagogicamente transformista. A saber, a natureza e a sociedade. Quanto à primeira, ele afirma que o homem há de interferir para dominá-la, ou seja, torná-la útil. E assim, transforma a mesma, de meio natural, para um meio cultural. Quanto à segunda, a sua intervenção é no sentido de uma convivência mais humana, e o ato pedagógico está inserido, formando a ação do homem sobre o homem. (GADOTTI, 2005)

Quando o baiano Edson Gomes entoia o refrão “pai de família” ele basicamente retrata a realidade que foi sua, e que é a de muitos homens Brasil afora, e que por condições subalternas se obriga a enfrentar a vida em situações muito precárias. “Corpos cansados, e suor no rosto”, são as situações mais encontradas nos espaços urbanos dos países em desenvolvimento. Para não falarmos que são territórios predominantemente capitalistas. Segundo a compreensão de Silva & Macedo (2009, p. 3) [...] “o espaço urbano é resultado das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, um reflexo social, profundamente desigual, na realidade a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista”.

Como pontuamos no tópico anterior, o espaço de periferia já está posto de características fixas, como encontramos famílias pobres e desassistidas, lares desestruturados, falta de iluminação e capina, esgoto a céu aberto, e o pior, crianças e adolescentes fora do espaço escolar, alguns destes já envolvidos com drogas.

Nesse sentido, há neste meio termo uma curiosidade proposital, a partir de leituras sobre currículos e as experiências com territórios em situações precárias, dando-nos abertura a questionarmos os espaços escolares sobre vários pontos que enquadram a instituição e os seus principais atores (os alunos). Com isso,

cabe aqui questionar: o que as escolas dentro do seu próprio espaço conhecem sobre a realidade cultural, étnica, social e econômica dos seus alunos para que a partir do conhecimento possa encaixar propostas pedagógicas emancipatórias? Será que a instituição escolar reconhece que a pobreza tem que ser trabalhada dentro dos currículos escolares como proposta de inclusão social despertando neles o poder da cidadania?

Por outro lado, o foco da pobreza predomina nesses espaços, o que para nós poderia ser diagnosticado pelo ambiente escolar, e daí em diante, explorado e implantado nos seus currículos como forma de um novo paradigma.

Lembremos da composição da música hereditária, um clássico que nos alerta para a implementação de vivências, costumes, prazeres e desprazeres trazidos dos ambientes precarizados para as entrelinhas dos currículos, para a dialética entre educadores e educandos. E como essa música, tem tantas outras do gênero, que poderão servir de análises para serem implantados nas grades curriculares e materiais didáticos das nossas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto nas linhas desenvolvidas nesta pesquisa, nas avaliações dos dados bibliográficos consultados, analisando intimamente os atores principais deste complexo tema (os pobres), podemos constatar que, enquanto estivermos acomodados em nossas zonas de conforto, dificilmente entenderemos como se encontram aqueles que por processos políticos desastrosos deparam-se em situações desiguais, tornando-se sujeitos ativos de uma reprodução caracterizada como carência e restringidas na lógica moral de vê-los .

Ao longo de nossas jornadas de vida científica/acadêmica, ao sairmos de dentro dos nossos escritórios e salas de aulas, passamos a enxergar, como se usássemos um microscópio, todas os rostos e corpos dos seres humanos pobres e em extrema pobreza. Para aqueles que entenderam a centralidade da temática, perceberam o quanto reproduzimos de forma alienada a postura do opressor, as multifaces, o espaço e o tempo da reprodução da pobreza, a difícil tarefa de incluí-la nos seios da cidadania, a complicada articulação da pobreza e o currículo como um artifício de conhecer-se pobre na linha que liga ensino-aprendizagem. De fato, esses são reflexos de uma nação que ainda não aprendeu a lidar com suas realidades, a lutar pelos seus direitos como parte principal da democracia.

Por outro lado, destaca-se aqui, o emaranhado processo político atual que traz transtornos, incertezas, desconexões políticas que se aliam aos problemas sociais populistas que ora foram implantados em nosso país. Ao iniciarmos esse artigo, produzimos uma linha do tempo desses processos, cujo as ideologias representam em seu formato mais amplo, a junção entre a administração pública e o universo cruel do capital. Nestes discursos, prevalece a magia burocrática, o apego ao poder e infelizmente o abandono das lutas diárias por melhorias dos coletivos pobres da nossa nação. Processos ideológicos entrelaçados, onde os que acenam por dias melhores em um estado democrático de direito passam a comer da mesma comida, falar da mesma língua, daqueles que são os príncipes representantes das classes dominantes, podendo tornar ainda mais complicado o entendimento da reprodução da pobreza e pobreza extrema como um processo de inovação e reparação que atravessam séculos da nossa história.

É bem provável que todas as alterações sistemáticas que foram acordadas nos últimos séculos, em se tratando dos grupos em minoria e/ou que se encontram em situações vulneráveis. Elencou uma série de polêmicas, alienadas e revolucionárias que ao nosso ver, possa ser fundamental para implantarem nas grades curriculares das nossas escolas como caráter de discursos em favor dos que precisam conhecer os modos pelos quais torna-os invisíveis e desassistidos. Entendemos que isto seja um dos pontos principais, discutidos até aqui pelos diversos autores, por nossas vivências e sentimentos que se encerram e categoricamente expõem um legue de informações, teorias e resultados práticos para o desenvolvimento de um país mais democrático, empático e menos corrupto. Trazendo resultados positivos nas suas distribuições de rendas para o progresso daqueles que ainda não aprenderam o que é ser cidadão.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Módulo IV: pobreza e currículo: uma complexa articulação. [2015]. 60 p. Disponível em: http://epds.ufpi.br/pluginfile.php/3299/mod_resource/content/0/modulo4.compressed.pdf ;Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. Módulo IV: pobreza e currículo: uma complexa articulação. [2016]. 60 p. Disponível em: http://epds.ufpi.br/pluginfile.php/3299/mod_resource/content/0/modulo4.compressed.pdf . Acesso em: 20 jun. 2021.

BECHARA, Evanildo (Org.) Dicionário escolar da academia brasileira de letras. São Paulo: companhia editora nacional. 2011.

BRASIL. Constituição (1988) constituição da república federativa do Brasil: texto constitucional promulgado e 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais de revisão nº 1/92 a 31/2000 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: senado federal, subsecretaria de edições técnicas, 2001. 407 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: paz e terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. Cortez editora: 14ª edição

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: atlas, 2010.

JESUS, Adriana Regina de. Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional. São Paulo: PUC, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: expressão popular, 2008.

MEDEIROS, Alexsandro M. políticas públicas. Consciência política. Site dedicado a informação e estudos políticos, 2013. Disponível em: <www.Portal.consciencia-politica.com.br/ciencia-politica/politicas-publicas/> acesso em: 23 de jun. 2021.

MINAYO, Cecilia Souza de. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

NEVES, Marília Nogueira. Rede de atendimento social: uma ação possível? Revista do católico, Uberlândia, v.1, n.1 p. 148-165, 2009.

PEREIRA, Cleifson Dias. Direitos fundamentais e políticas públicas afirmativas. Jus navigandi. 1-15, 2015. Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/41764/direitos%20fundamentais-e-pol%C3%ADticos-publicas-afirmativas>> acesso em: 23 de jun. 2021.

PINZANNI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. Módulo I: pobreza e cidadania [2015]. Disponível em: epds.ufpi.br/course/view.php?id=60

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Casa civil, subchefia para assuntos jurídicos, jan. 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científica. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Regina c. Nogueira; MACÊDO, Cellina Souto de. A produção do espaço urbano. Universidade federal do Rio grande do norte-UFRN, 2009